

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/36707</b>	<b>48783/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DF - DFOP - DIVISÃO</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## RESOLUÇÃO

**Processo:** 2024/500.10.301/972

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Processo de migração

Presidente da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

**Processo:** 2024/500.10.301/972

**Assunto:** Prorrogação - Reposição de condições de higiene e segurança

**Local:** Avenida Antero de Quental, n.º 93 e Rua Luís Soares Barbosa, n.ºs 86/88, São Vítor

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/35862 de 12 de Novembro de 2025.

### RESOLUÇÃO

Conforme informação, verifica-se que a Administração do Condomínio, ainda não deu completa satisfação ao teor da notificação que lhes foi remetida, tendo, contudo, em documento com registo n.º 2025-E-RE-23649 de 14/10/2025, solicitado prorrogação de prazo, por mais 6 meses, para proceder a obras de conservação nas fachadas do prédio em análise, pelos motivos descritos na exposição em causa.

Nesse sentido, não existindo, à data da ação inspetiva, elementos construtivos das fachadas do prédio, designadamente material cerâmico de revestimentos a ameaçar ruir para a via pública, somos a propor que seja concedida a prorrogação de prazo solicitada para regularização da situação, notificando a Administração do Condomínio, nos seguintes termos:

- Tendo-se verificado que V. Exa ainda não procedeu aos trabalhos necessários à reposição das condições de segurança e salubridade no local em apreço, conforme o disposto no auto de vistoria de 16/04/2025, anteriormente remetido, nos termos do artigo 89.º do RJUE, na sua redação atual.
- Nesse sentido, não existindo, à data da ação inspetiva, elementos construtivos das fachadas do prédio, designadamente material cerâmico de revestimentos a ameaçar ruir para a via pública, tendo-lhe sido concedida uma prorrogação de prazo, de mais 6 meses, para o efeito.
- No caso de incumprimento serão desencadeados os meios previstos no RJUE com vista à execução coerciva das obras/trabalhos em causa.
- Mais se informa que, deverá, previamente, promover todas as diligências e formalidades legais, nos termos do RJUE, na sua redação atual e do CRMB.



- Caso preveja ocupação da via pública deverá solicitar a respetiva licença
- Alerta-se Vs. Exas para a responsabilidade civil e criminal que lhe possa advir caso ocorra qualquer dano para pessoas e bens, resultantes da situação em causa.

Dar conhecimento aos restantes interessados.

### **Despachos**

- A 12/11/2025, Filipa Dantas Vilela, na qualidade de Chefe de Divisão: "Subcrevo.  
Tendo presente que as questões de segurança e salubridade das edificações são competência da Câmara Municipal, conforme artigo 89.º e ss., do RJUE, na sua redação atual, propõe-se seja o assunto encaminhado para deliberação do competente órgão executivo."

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### **DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE**

